



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022
ISSN 2177-3866

SUCESSÃO FAMILIAR NO MEIO RURAL: UM OLHAR PELA LENTE DA INOVAÇÃO SOCIAL E DO EMPREENDEDORISMO FEMININO

NELITA CRISTIANE TAGLIARI BALESTRIN

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS)

MANUELA RÖSING AGOSTINI

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)

RAQUEL BREITENBACH

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS)

Agradecimento à órgão de fomento:

Instituto Federal do Rio Grande do Sul, campus Sertão.

SUCESSÃO FAMILIAR NO MEIO RURAL: UM OLHAR PELALENTE DA INOVAÇÃO SOCIAL E DO EMPREENDEDORISMO FEMININO

1 INTRODUÇÃO

O meio rural brasileiro, apesar de inúmeras evoluções no que se refere à produção, tecnologia e produtividade, ainda apresenta gargalos que impactam em seu desenvolvimento e no bem-estar social. Uma dessas limitações se assenta nas diferenças de gênero no âmbito social e, especialmente na autonomia e empoderamento nas propriedades rurais, inclusive na agricultura familiar. O Brasil conta com 10,1 milhões de habitantes trabalhadores da agricultura familiar, correspondendo a 77% dos estabelecimentos rurais e 23% da área total do país (IBGE, 2017). Porém, as mulheres estão presentes na administração de apenas 19% dos estabelecimentos agropecuários e somente 0,59% das mulheres (29.916) são proprietárias rurais (IBGE, 2017).

Somado a isso, a gestão da agricultura familiar é realizada predominantemente por homens e o processo de sucessão familiar na agricultura prioriza o gênero masculino (CAVICCHIOLI; BERTONI; PRETOLANI 2018; TROIAN; BREITENBACH, 2018). Ou seja, ser líder neste contexto está associado a ser homem (PINI, 2005).

Corroborando com este contexto desigual, o fato de que, mesmo que as mulheres rurais tenham atuação central nas atividades e responsabilidades agrícolas, na criação dos filhos e nas tarefas domésticas, não é atribuído a elas a devida valorização e reconhecimento (CHANANANAG; AGGARWAL, 2020). Se evidencia, portanto, que a agricultura familiar também é carente de melhorias para seu pleno desenvolvimento, com destaque para a inclusão da mulher como protagonista social no setor, demandando inclusão e empoderamento.

Esse contexto desafia, inclusive, o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento traçados em nível mundial a partir da Agenda 2030. Mais especificamente o Objetivo 5 que define como prioridade “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (PNUMA, 2015) no qual indica que sejam feitas mudanças neste contexto de desigualdade de gênero.

Destarte, essa diferença de gênero na agricultura familiar é um fator latente que demanda ações imediatas (KRISTJANSON et al., 2017). Tal contexto, impacta em muitas outras esferas no campo e na cidade, com destaque para a maior migração rural-urbana por parte das jovens mulheres (BREITENBACH; CORAZZA, 2019). Fatores como patriarcado predominante, dominação masculina, divisão social do trabalho, jornadas duplas das mulheres com a casa e a agricultura, a preferência pelos filhos do sexo masculino nos processos sucessórios e o trabalho manual pesado realizado por mulheres, estão presentes na agricultura e são determinantes na decisão das jovens mulheres de migrar para o meio urbano (BREITENBACH; CORAZZA, 2019; LAWSON; LAHIRI-DUTT, 2019).

Um dos aspectos que contribui para uma redução dessas diferenças sociais, bem como para o empoderamento feminino é a atuação empreendedora das mulheres agricultoras. Ao passo que essas mulheres tomam para si o controle produtivo e a gestão de alguma atividade específica dentro da propriedade rural, inclusive sendo responsáveis pela comercialização, sua autonomia e poder aumentam, reduzindo diferenças entre os gêneros. Considerando esse contexto, se questiona: o empreendedorismo feminino na agricultura familiar também pode contribuir para a redução da migração rural-urbana pelas jovens rurais? Pode ainda contribuir para ampliar processos de sucessão familiar em que as jovens mulheres sejam as sucessoras?

Baseado nestas questões e problema de pesquisa, a presente investigação buscou compreender as características da sucessão familiar na agricultura à luz das lentes teóricas da inovação social e do empreendedorismo feminino. Como objetivos específicos de delimitou: a) avaliar se e como o empreendedorismo das mulheres agricultoras impacta nos processos

sucessórios na agricultura familiar; b) Analisar as características do empreendedorismo feminino rural e como estas estão influenciando as atividades da agricultura familiar; c) Analisar pelas lentes teóricas da inovação social e do empreendedorismo feminino, o perfil das mulheres empreendedoras no meio rural; d) Verificar como o perfil das mulheres empreendedoras vem influenciando as novas gerações.

Para realizar a referida pesquisa, as análises foram realizadas sob a lente teórica da inovação social e do empreendedorismo feminino. Nas próximas seções serão estabelecidos os procedimentos metodológicos, referencial teórico, dados e análises, bem como considerações finais da pesquisa.

2 METODOLOGIA

Este artigo pesquisa quali e quantitativamente um estudo de caso com mulheres agricultoras familiares e empreendedoras do município de Getúlio Vargas. Conforme Eisenhardt (1989), o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais e consiste num estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

O caso estudado considerou as agricultoras familiares do município de Getúlio Vargas - RS. Foram consideradas neste universo, mulheres empreendedoras, mães e filhas, com idades que variam de 13 a 63 anos, que residem na mesma casa, ou em que as filhas estão estudando e morando na cidade, mas mantêm vínculo familiar. Para a seleção da amostra foi realizada uma pesquisa em relatórios de famílias integrantes no interior de Getúlio Vargas, fornecidos pela EMATER/RS-ASCAR, no Sistema de Registro de Planejamento - SISPLAN, obtendo informações sobre todas as mulheres residentes nas comunidades selecionadas. Obteve-se um filtro de mulheres idosas, crianças, jovens e adultas. A partir deste filtro, chegou-se às mulheres empreendedoras destas comunidades e de suas filhas que moram ou saíram para estudar, mas mantêm vínculo familiar.

Se considerou que a mulher empreendedora da agricultura familiar é aquela que assume papel significativo na complementação da renda de suas famílias. Para a seleção da amostra foram considerados fatores de inclusão e exclusão, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1- Composição da amostra, considerando fatores de inclusão e exclusão.

Fatores de <u>exclusão</u> para composição da amostra	Fatores de <u>inclusão</u> para composição da amostra
a) Mulheres idosas sem possibilidade de sucessão; b) Mulheres adultas não idosas, sem filhas mulheres ou que as filhas já migraram para a cidade; c) Meninas/crianças com idade inferior a 13 anos, as quais não fazem parte do grupo escolhido para pesquisa; d) Jovens mulheres que não possuem vínculo financeiro ou de sucessão com os pais, pois já migraram para o meio urbano ou já não mantêm vínculo financeiro com a família; e) Homens não fizeram parte do universo pesquisado.	a) Mulheres empreendedoras rurais: quinze (15) mulheres empreendedoras em diversas atividades agrícolas, quais sejam: agroindústrias de embutidos, de derivados de leite e mandioca <i>in natura</i> ; mulheres que vendem seus produtos no comércio e na feira local e outras mulheres que trabalham na produção de leite e na produção de grãos; b) Jovens mulheres: dezoito (18) jovens que residem no rural ou estão estudando, mas mantêm vínculo familiar ligados ao meio rural; c) Ter acesso à internet, já que a pesquisa foi realizada durante o isolamento social provocado pela pandemia do coronavírus 2020/2021.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa.

Portanto, foram selecionadas 33 mulheres (15 mães e 18 filhas) agricultoras familiares para comporem a pesquisa, as quais residem nas comunidades KM 13, KM 08, Mato Preto, PIO X, Linha Cinco e Capela Santa Catarina, no município de Getúlio Vargas-RS. Para a etapa do

questionário, foi realizado um contato prévio por telefone para verificar o interesse em participar da pesquisa.

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário com perguntas fechadas, de múltipla escolha e outras abertas, que permitem ser respondidas livremente de forma escrita e possibilitam a exposição das ideias. Para tanto, foi utilizado o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para as questões fechadas foi utilizado a escala de Likert e/ou múltipla escolha como opções de resposta. Conforme Appolinário (2007, p. 81), essa escala pode ser definida como “um tipo de escala de atitude na qual o respondente indica seu grau de concordância ou discordância em relação a determinado objeto”. Para a elaboração das questões das entrevistas, as perguntas foram elaboradas com base na revisão de literatura e dados previamente coletados. O questionário foi elaborado no *Google forms*, enviado de forma online pelo *WhatsApp*, ficando disponível de 03 de março de 2021 à 15 de abril de 2021, período este em que todas as mulheres da amostra responderam a pesquisa.

Para a análise dos dados quantitativos, inicialmente realizou-se a tabulação dos dados em planilha do Excel, posteriormente os dados foram analisados com estatística descritiva, considerando média e desvio padrão.

3 REVISÃO TEÓRICA

3.1 Mulheres agricultoras familiares e sucessão familiar rural

A agricultura familiar se caracteriza como o imóvel rural com área de até quatro módulos fiscais, pratica atividades no meio rural, detém majoritariamente mão de obra da própria família, renda familiar prioritariamente vinculada ao próprio estabelecimento e a gestão e trabalho no estabelecimento são de responsabilidade da própria família, com possibilidade de contratação eventual de mão-de-obra. É isso que define a Lei número 11.326 (BRASIL, 2006), responsável por estabelecer os critérios para identificação da categoria e apresentar as diretrizes para formulação da Política Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O módulo fiscal varia de acordo com cada município e em Getúlio Vargas cada módulo fiscal corresponde a 20 hectares (INCRA, 2021). Segundo dados da EMATER/RS-ASCAR (2019), no relatório Estudo da Situação, existem no município 557 famílias de agricultores familiares.

Essa categoria engloba as pequenas propriedades rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores (MAPA, 2022). A agricultura familiar diferencia-se ainda, pela relação particular que mantém com a terra, com as atividades produtivas e demais recursos naturais. Para esse setor, a família compartilha a responsabilidade pela gestão da propriedade e a principal fonte de renda advém das atividades produtivas agropecuárias. Somado a isso, outra característica do setor é a diversidade produtiva e, na maioria dos casos, adota a produção de subsistência para o mercado/comercialização (SCHNEIDER, 2006).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento brasileiro considera a agricultura familiar como o setor com maior participação na produção dos alimentos disponibilizados para o consumo da população brasileira. A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAFDA), oferece via PRONAF diversas linhas de crédito para os agricultores familiares, incluindo o Pronaf Agroindústria, o Pronaf Mulher e o Pronaf Jovem (BNDES, 2020).

Mesmo com todo o desenvolvimento econômico, social e agrícola, para o acesso a serviços, recursos e linhas de crédito, as mulheres possuem pouca experiência, porque o controle financeiro e de investimento ainda é majoritariamente ofertado para os homens. Pouco se fala ou se vê as mulheres procurando, porque raramente as mulheres são as proprietárias das terras utilizadas, ocorrendo apenas quando são herdeiras dos pais (SPANVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016).

O papel que a mulher assume na sociedade, mais especificamente na agricultura, é determinante para a tomada de decisão das filhas mulheres acerca do futuro profissional. Querer permanecer no meio rural como sucessoras ou migrar para a cidade é uma decisão fortemente influenciada pela forma como as mulheres rurais são tratadas e pelas oportunidades a elas disponíveis (BREITENBACH; CORAZZA, 2021). O que se observa, de modo global, é que o número de filhas mulheres identificadas como sucessoras é baixo (LOBLEY et al., 2010).

Tal situação tensiona a discussão acerca da relação desigual entre homens e mulheres na agricultura, potencializadas pela divisão sexual do trabalho (SILVA, 2019). O que se observa é que o trabalho da mulher agricultora é pouco reconhecido e elas enfrentam preconceitos no meio rural no Brasil (VILLWOCK; GERMANI; RONCATO, 2016). É majoritariamente responsável por essa situação, o caráter familiar patriarcal, que conseqüentemente impacta no menor interesse das jovens mulheres como possíveis sucessoras das propriedades rurais (KESSLER, 2006).

Apesar de existirem mulheres operando tratores e máquinas, bem como desempenhando funções importantes na propriedade, em muitos casos a mulher ainda não é vista como uma protagonista, mas "ajudante" dos maridos ou dos pais nas atividades agropecuárias ou geradoras de renda (VILLWOCK; GERMANI; RONCATO, 2016; SUESS-REYES; FUETSCH, 2016; BREITENBACH; CORAZZA, 2021). As mulheres agricultoras, assim como do meio urbano, ainda reivindicam por igualdade perante os homens, contra o machismo e a violência. No meio rural, através dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), elas reivindicam pela sucessão familiar, que por uma questão de gênero ainda é para o filho homem. Somado a isso, lutam por direito a aposentadoria, salário maternidade, direito ao crédito, pelo reconhecimento da profissão de agricultora para acabar com a invisibilidade do trabalho feminino das propriedades (SPANVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016).

Este hábito cultural que condiciona o modo de vida no campo, promovendo e reproduzindo diferenças de gênero, é reproduzido desde a infância dos jovens rurais, perpetuando-se na juventude e na vida adulta (BRUMER, 2007). Contudo, uma das principais conseqüências é a maior migração das mulheres que buscam autonomia na cidade (BRUMER, 2007; GALINDO, 2019). Portanto, dentre tantos fatores que impõem dificuldades de permanência dos jovens no campo (CASTRO et al., 2013; ANJOS; CALDAS, 2005; BRUMER, 2004), soma-se o peso negativo em torno da presença feminina como gestora de uma propriedade rural, dificultando e até comprometendo sua permanência no campo e, conseqüentemente, a sucessão familiar (BRUMER, 2007; BREITENBACH; CORAZZA, 2017; TROIAN; BREITENBACH, 2018; MATTE et al., 2019).

3.2 Empreendedorismo feminino e inovação social

O termo empreendedorismo envolve diretamente o conceito de empreendedor, o qual foi definido por distintos autores ao longo da história. Moletta (2020), por exemplo, relaciona o termo diretamente com o ato de criar uma empresa. Para o autor, o empreendedor é a pessoa responsável pela criação de um negócio ou por inovar na atividade ou estratégia empresarial, com foco na obtenção de vantagens competitivas no mercado. Schumpeter (1947), um dos primeiros autores que fez alusão ao termo, faz uma relação direta do empreendedor com o ato de inovar e, por isso, considera o empreendedor como central para as ações de inovação no mundo. Para o autor, ao passo que o empreendedor inova, torna ultrapassadas as antigas estratégias de fazer negócios. Já o *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2018), dissemina o termo como o ato de empreender, o qual envolve qualquer tentativa de criação de um novo negócio (atividade autônoma e/ou nova empresa) ou a expansão de um empreendimento existente.

Estudos comprovam que as mulheres estão cada vez mais estimuladas a criarem seus próprios negócios. Segundo o GEM (2018), uma pesquisa neste mesmo ano, 51,5% dos novos empreendimentos abertos são gerenciados por mulheres e o empreendedorismo geralmente aflora por dois motivos: necessidade (não tem outra opção de trabalho) ou oportunidade (negócio a ser seguido).

No estado do Rio Grande do Sul, em 2018, existiam cerca de 1 milhão e 40 mil mulheres empreendedoras, representando 44% do total de empreendedores do estado. Com relação ao gênero, 54,2% dos homens que empreenderam foi por oportunidade e 45,7% deles por necessidade. Já no estrato das mulheres, 45,8% empreenderam por oportunidade e 54,3% delas por necessidade (GEM, 2018).

Apesar de a prevalência de uma cultura machista ter inibido o fortalecimento democrático e político das mulheres, mecanismos como segurança do trabalho, microcréditos de baixo custo e políticas de igualdade de gênero têm impulsionado seu empoderamento econômico (MAGUIRRE; RUELAS; TORRE, 2016). No entanto, conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a desigualdade ainda é acentuada na divisão de tarefas que os homens e as mulheres exercem no lar. Essa desigualdade se expressa no fato de que as mulheres, comparativamente com os homens, desenvolvem mais do que o triplo do trabalho doméstico, não remunerado e aquele que envolve a prestação de cuidados (PNUD, 2019). Somado a isso, se reconhece que a desigualdade de gênero é muito complexa, sendo uma das maiores barreiras para o desenvolvimento humano (PNUD, 2009).

É neste contexto que a atividade empreendedora tem sido um recurso utilizado pelas mulheres para conciliar a rotina familiar com o trabalho, em geral na busca de complementação da renda (GEM, 2018). A partir dessas iniciativas, ao mesmo tempo em que as mulheres se dedicam aos cuidados da casa, elas lideram diferentes atividades econômicas para sustentar suas famílias, aumentando ainda mais a disparidade no trabalho e nas lacunas econômicas das mulheres em relação aos homens (TORRES, 2019).

O conceito de inovação social, por sua vez, se relaciona com o empreendedorismo feminino uma vez que as atividades lideradas por mulheres rurais são ações facilmente caracterizadas como inovação social. Isto ocorre porque geralmente essas mulheres buscam resolver problemas que compartilham entre si e os benefícios buscados são amplos, ou seja, envolvem toda a comunidade para a qual pertencem (TORRES, 2019). Alterando a estrutura e cultura de comunidades, possibilitando a transformação social.

A busca pelo reconhecimento e poder de decisão das mulheres empreendedoras, deve estar atrelada a inovação social, que é entendida como o resultado da criatividade, da capacidade de mudar, de reinventar e reinventar-se e, com isso, colocar as ideias em prática, melhorando a qualidade de vida das pessoas (ARAÚJO; CÂNDIDO, 2015).

O conceito sobre inovação social deriva da ideia de que a “inovação social é a geração de novas soluções que geram impacto na resolução de problemas sociais, envolvendo atores e partes interessadas na promoção de mudança nas relações sociais” (AGOSTINI; MARQUES; BOSSLE, 2016). A inovação social é entendida, portanto, como um processo que produz resultado tangível ou intangível, considerada também como um elemento essencial para o crescimento econômico, gerando desenvolvimento local, estimulando, assim, o bem-estar de todos os envolvidos (MAGUIRRE; RUELAS; TORRE, 2016).

A inovação social também pode ser vista como uma impulsionadora de mudanças positivas na vida das mulheres, possibilitando acesso a serviços básicos e incremento de renda. Além disso, quando possui uma participação ativa dos atores, pode ser objeto de autodeterminação, aquisição de novos conhecimentos e habilidades (D'AGOSTINI; FREITAS; AGOSTINI, 2020).

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Caracterização das agricultoras e respectivas propriedades

A presente seção visa caracterizar as mulheres agricultoras que fizeram parte desta pesquisa, bem como suas respectivas unidades de produção agropecuárias. Os dados coletados pelo questionário apontam que a idade das agricultoras/empreendedoras que responderam ao questionário varia de 31 a 63 anos, enquanto a idade das filhas varia entre 13 e 28 anos.

Apenas quatro meninas são menores de 16 anos e duas têm 28 anos. As demais (nove) estão na faixa etária dos 17 aos 20 anos de idade. Ou seja, a maioria das filhas são jovens ou adolescentes. Já a idade das mães varia entre 31 e 63 anos (5 mulheres com idades entre 31 e 39 anos; 7 entre 40 e 49 anos; 1 entre 50 e 59 anos e 1 entre 60 e 63 anos), destacando que há uma proximidade entre a idade das filhas adultas com a idade das mães jovens.

No que se refere às atividades produtivas desenvolvidas nas propriedades rurais, percebe-se que as culturas anuais (feijão, milho, trigo e soja) estão como as atividades principais em 14 famílias, apenas 1 delas não trabalham com as culturas anuais. Seguidas pelas outras atividades produtivas como: bovinocultura leiteira (6 propriedades), fruticultura (3 propriedades) e olericultura (3 propriedades); outras atividades como suinocultura e avicultura (5 propriedades). Conforme dados do IBGE - Censo Agropecuário (2017), referente a produção de grãos, a área colhida no município de Getúlio Vargas é: milho grão (2.700 hectares), milho silagem (305 hectares), soja grão (15.286 hectares) e trigo (1.829 hectares).

As agroindústrias familiares aparecem em apenas 4 das 15 propriedades rurais pesquisadas. Surpreendentemente, nenhuma das jovens pretendem ficar na propriedade e trabalhar apenas com a agroindustrialização, enquanto 4 delas preferem permanecer no meio rural conciliando as atividades na propriedade com atividades agroindustriais. No entanto 6 preferem permanecer morando na propriedade rural e trabalhando na cidade e 5 preferem morar e trabalhar na cidade. Isso caracteriza que a agroindústria, ainda não é uma atividade que possa garantir a sucessão de trabalho das mães para as filhas e garantir a manutenção no campo. Uma das possibilidades vista, especialmente na agricultura familiar, é que a mão de obra da própria família é predominante, considerado um trabalho árduo e de grande penosidade para as mulheres.

Conforme dados da Emater/RS-Ascar, no ano de 2021, no município de Getúlio Vargas estão cadastradas 9 agroindústrias familiares, mesmo número do ano anterior. A possível estagnação ao surgimento de novas, nesse momento, é que as agroindústrias do município comercializam a maior parte dos seus alimentos para as instituições de ensino, por meio do programa de aquisição para merenda escolar. Desde o início do ano letivo de 2020 o país enfrenta a pandemia causada pela Covid-19, levando o mundo para uma crise sanitária e social, no qual colapsou diversos setores, inclusive a educação e economia. Em consequência do agravamento da doença, as escolas ficaram fechadas por um longo período (até o fechamento deste trabalho as escolas ainda não restabeleceram suas atividades normalmente), impossibilitando o recebimento dos produtos para a merenda escolar (GAZOLLA; RUFINO DE AQUINO, 2021).

Corroborando com os dados acima, as agroindústrias do município comercializam a maior parte dos seus alimentos nos mercados institucionais através do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, instrumento de política pública criado pela lei 10.696 de 02/07/2003 e Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE, considerando o disposto no artigo 14º da Lei nº 11.947/2009 e no artigo 24º Resolução CD/FNDE nº 26/2013. Esses programas, PAA e PNAE, incentivam a agricultura familiar, através da garantia de comercialização, geração de renda e incentivo à produção de alimentos (PARIZOTTO; BREITENBACH, 2021).

Quanto ao grau de instrução percebe-se um contraste entre as gerações. Apenas uma mãe tem curso superior completo; 7 mães têm nível médio completo e outras 7 mães tem nível médio incompleto. Apesar da menor escolaridade, oito das mães mulheres agricultoras

empreendedoras manifestaram interesse em fazer algum curso de aperfeiçoamento relacionado ao trabalho que realizam, especialmente nas áreas de administração, gestão de propriedades e agroindústria. As demais responderam que no momento não sentem necessidade.

Na geração de sucessoras, percebe-se que todas as filhas estão em formação educacional, sendo 2 com formação de nível superior completo e 6 cursando nível superior, 5 médios completo e 5 cursando o ensino médio, o que demonstra que as meninas/mulheres têm muito mais oportunidades de estudo que suas mães tiveram. Pode-se perceber que, com o passar dos anos, as políticas públicas de acesso ao transporte escolar municipal beneficiaram os alunos do interior para se deslocarem até as escolas das cidades maiores. Outro fator importante, é o acesso ao transporte particular, já que as famílias passam a investir no deslocamento dos alunos para outros centros educacionais da região norte do estado. Outro fator que explica a maior escolaridade é a facilidade de acesso às universidades, institutos e outras faculdades na região, inclusive no próprio município de Getúlio Vargas. Esses fatores, aliados à mudança de cultura sobre a necessidade de educação, abriram caminhos para que as jovens do meio rural pudessem enxergar a educação como uma oportunidade de melhoria de vida.

4.2 Relação entre empreendedorismo e inovação social com a sucessão familiar

A presente seção visa explorar as perspectivas de migração rural-urbana e de sucessão familiar a partir da lente das jovens agricultoras e suas mães agricultoras empreendedoras. Além disso, se discute esse cenário a partir das lentes teóricas do empreendedorismo feminino e da inovação social. Para tanto, a Tabela 1 apresenta os resultados da investigação, com foco para as perspectivas profissionais e pessoais, bem como pelos incentivos recebidos pelos pais.

Tabela 1- Perspectivas acerca do futuro profissional e pessoal das jovens agricultoras

Jovens agricultoras filhas de agricultoras empreendedoras		Nº de respostas
Perspectivas acerca do futuro profissional	Permanecer morando na propriedade rural e trabalhando na cidade	6
	Morar e trabalhar na cidade	5
	Permanecer no meio rural conciliando as atividades na propriedade com atividades agroindústrias	4
	Permanecer na agricultura como proprietário	3
	Permanecer no meio rural, mas trabalhar em atividades não agrícolas (agroindústrias)	0
	Morar na cidade e trabalhar no meio rural	0
Razões para permanecer no meio rural	Gosta das atividades produtivas desenvolvidas no meio rural	6
	É um local aconchegante, tranquilo e proporciona condições de crescimento socioeconômico	4
	Proximidade da família	3
	Os pais querem que permaneça na propriedade/sucessão familiar	2
	Não gosta do meio urbano	2
	Mais conforto e qualidade de vida	1
Incentivos dos pais	Incentivada a permanecer no meio rural	12

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa (2022).

Segundo as jovens agricultoras, permanecer no meio rural trabalhando unicamente em atividades agroindustriais, bem como morar na cidade e trabalhar no meio rural, não interessa a nenhuma das entrevistadas. Talvez por algumas ainda estarem divididas sobre suas escolhas no futuro, ou por serem ainda jovens.

Por outro lado, quando questionadas sobre a principal razão para permanecerem no meio rural, as respostas foram diversas conforme Tabela 1, mas chama atenção que mais de 50% das filhas gostam das atividades produtivas desenvolvidas no meio rural, e consideram ficar no meio rural por ser um local aconchegante e tranquilo.

Já acerca da inserção social, organizacional e autonomia dessas jovens agricultoras, observa-se que parte das filhas já começaram a ter participação nas atividades dos negócios, especialmente pela Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e associação em cooperativas e entidades representativas dos agricultores. Desta forma, as jovens estão participando de cooperativas e/ou associações e possuem contas bancárias.

Somado a isso, a pesquisa também identificou um gargalo relacionado às atividades de entretenimento e interação social destinadas as jovens nas localidades do meio rural. O que mais predomina são os almoços e festas típicas de comunidades do interior. Não existem atividades expressivas que atraiam a permanência e o relacionamento social entre as participantes. Como exemplo de ações que ocorrem, se destacam as viagens técnicas e de lazer, das quais 7 jovens participam, e esportes coletivos em que 4 jovens são praticantes.

Do ponto de vista da participação das jovens rurais nas atividades operacionais e gerenciais das propriedades rurais, se constatou que 12 jovens têm incentivo dos pais para ideias e ações inovadoras. Porém, na prática, elas não se sentem motivadas efetivamente para isso. Ainda, 11 delas não desenvolvem nenhuma atividade individual na propriedade para gerar renda, enquanto 7 ajudam nas atividades. Apenas 2 recebem parte do valor gerado pela produção da propriedade, e outras 16 meninas têm que pedir dinheiro cada vez que precisam e os pais decidem e concedem o dinheiro a seu critério. Essa situação é incômoda para as jovens, pois elas gostariam de ter seu próprio dinheiro para o lazer, para comprar suas roupas e pertences pessoais, bem como para investir nos estudos ou fazer uma reserva financeira para a vida adulta.

4.2.1 Divisão social do trabalho, jornada dupla e empreendedorismo

Outra esfera que a presente pesquisa investigou reside nas dificuldades que as mulheres agricultoras empreendedoras enfrentam para empreender. Para elas, os principais desafios enfrentados ao querer empreender e inovar na propriedade é a falta de conhecimento técnico, bem como a demanda em conciliar a vida pessoal com a profissional, causando atritos em seus múltiplos papéis de mãe, esposa, donas de casa e empreendedoras. Além dos múltiplos papéis desenvolvidos pelas mulheres, os serviços domésticos estão integralmente sob sua responsabilidade, como fazer compras para a casa (alimentos, material de limpeza, vestuário), preparo da alimentação da família, cuidados com horta e pomar, fazer a limpeza e a organização da casa e a limpeza e cuidados com jardins e arredores.

Apesar destes desafios, as participantes da pesquisa se sentem seguras e realizadas, conciliando suas atividades pessoais com os cuidados com a família e com os serviços realizados na propriedade. Segundo essas mulheres, 12 sentem que sua família (marido, filhas e outros familiares que moram na propriedade) as apoiam em suas escolhas para seu crescimento profissional.

Além dos trabalhos do campo e dos cuidados da casa, 6 mulheres têm alguma atividade agrícola que é de sua responsabilidade e que gera renda na propriedade familiar e 4 delas são responsáveis pela produção e comercialização de seus produtos através da agroindústria familiar. Ainda, 2 mulheres são responsáveis pela produção e comercialização de produtos na feira de produtores da cidade.

Na contramão dos serviços domésticos realizados apenas pelas mulheres, na Tabela 2 são visualizadas as atividades que as mulheres realizam na propriedade rural na área dos negócios. O que se percebe é que a participação masculina não é mais tão predominante. Com esses dados há um indicativo de que as mulheres começam a se envolver e participar mais das atividades vinculadas à área dos negócios.

Tabela 2 - Atividades realizadas pelas mulheres agricultoras empreendedoras na área dos negócios

Atividades realizadas na área dos agronegócios	Sim	Não
Realiza serviços bancários (depositar ou retirar recursos financeiros)	10	5
Encaminha projetos de financiamentos bancários	5	10
Realiza contatos com técnicos e extensionistas rurais	8	7
Participa a tomada de decisões sobre investimentos e destinações de recursos financeiros na propriedade	8	7
Participa de reuniões e cursos técnicos	9	6
Comercializa a produção agropecuária e/ou animal	7	8

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa.

Sobre a saúde e cuidados pessoais como dançar e praticar esportes, percebe-se que as mulheres pesquisadas (mães) tiveram pouco ou nada de tempo para se cuidarem. Das 15 participantes da pesquisa, 12 delas responderam que nunca foram em academias. Sobre os cuidados médicos (9), odontológicos (11) e exames de rotinas (8), a maioria delas responderam que o fazem ao menos a cada seis meses. Por outro lado, percebe-se que férias em família ou apenas sair com família e amigas, também fazem parte da vida de poucas mulheres. Das 15 mulheres pesquisadas, 6 nunca tiraram férias em família e 6 quase nunca saem com a família. 1 delas disse nunca ter saído em família, além disso, 5 delas nunca saíram com as amigas. Percebe-se que os cuidados com unhas, cabelos e pele também são baixos ou muito pouco vivenciados pelas mulheres do interior.

4.3 Discussão dos dados com as teorias envolvidas

As mulheres possuem maneiras diferentes de empreender, traçam estratégias, prezam pela qualidade de vida, ou seja, para elas é importante saber administrar o tempo, tornando possível conciliar os compromissos profissionais com os familiares. Dividem sua atenção entre casa, filhos, relacionamentos conjugais com sua vida pessoal, por isso, buscam maior flexibilidade e acabam por optar pelo caminho do empreendedorismo (TANURE, 2014).

As mulheres pesquisadas, além dos múltiplos papéis desenvolvidos entre os serviços domésticos e os cuidados com a família, que estão integralmente sob suas responsabilidades, elas ainda ajudam em alguma atividade agrícola que gera renda na propriedade familiar. Ainda há as mulheres que, além do citado acima, como nos mostra a pesquisa, produzem e/ou comercializam seus produtos através de uma agroindústria familiar ou na feira de produtores rurais da cidade de Getúlio Vargas. Conforme Nazzari, Bertolini e Brandalise (2007), com o avanço do capitalismo no meio rural, a agricultura familiar teve que se reestruturar, descobrindo na diversificação a produção de subsistência, com a venda de excedentes.

As mulheres do interior, por uma questão ainda cultural, grande parte delas se dedicam principalmente às atividades domésticas ou de subsistência (SPANVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016). As ideias dos autores, se confirmam quando se observa que no empreendimento rural, para essas mulheres, o bem-estar familiar como um todo é priorizado sobre o bem-estar pessoal. As respostas dadas pelas mães pesquisadas sobre os cuidados tido como pessoais, de saúde, e de lazer pouco fazem parte de suas rotinas. Para as mulheres rurais as atividades de lazer, estão ainda vinculadas às questões do lar, da família e do marido, na participação da igreja (comunidade). De acordo com Schwengber e Pinheiro (2014, p. 77) “o tempo de descanso e recreação da mulher está atrelado à programação e à organização dos filhos, pais, marido, netos, bem como no envolvimento com a comunidade por meio da organização das festas e das atividades religiosas”.

A literatura nos mostra que as mulheres empreendedoras buscam conquistar seu espaço não apenas profissional, mas também conquistar seu espaço pessoal, sua independência financeira, e oportunidades para ter seu próprio negócio, conciliando o trabalho e a família, conforme Dandolini (2018). Da mesma forma, para Strobino e Teixeira (2014), a flexibilidade de horários é um dos motivos que leva as mulheres a empreender, pois sendo dona do próprio negócio, ela acredita que poderá conciliar trabalho e família. Porém, não foi o que se percebeu na pesquisa, com as mulheres do interior, pois a autonomia para trabalharem da forma como desejam (por exemplo, a possibilidade de terem horários flexíveis para melhor conciliarem a vida profissional e a familiar) está muito distante de acontecer. Na prática elas possuem dificuldades de conciliar o trabalho do campo com o tempo dedicado à família, a casa, a igreja (comunidade). Antigamente, elas tinham apenas o papel de cuidar do lar e da casa, a partir desses movimentos, passaram a assumir o papel de trabalhadora formal, tornando-se responsáveis pela complementação da renda familiar e, em muitos casos, sendo a única provedora financeira da casa (PARASURAMAN; GREENHAUS, 1997).

As expectativas da sociedade em relação aos papéis masculinos e femininos mudaram muito pouco ao longo do tempo, vê-se, nitidamente, que os padrões tradicionais de socialização de gênero persistem nas novas gerações. É possível verificar que as questões relacionadas aos afazeres domésticos são direcionadas como dever das mulheres e ocorrem em qualquer faixa de idade, inclusive entre as crianças e adolescentes (SORJ, 2008).

Na contramão dos serviços domésticos, que são realizados apenas pelas mulheres, conforme dados da pesquisa, apesar da dificuldade de elas conciliarem as atividades, há um indicativo de que as mulheres começam a se envolver e participar mais das atividades vinculadas à área dos negócios da propriedade rural. “A participação da mulher ganha um papel muito importante na esfera produtiva, isto porque, a tradição artesanal na confecção de produtos, marca em muitos casos o ponto de partida para a ampliação da atividade em termos de escala e rearranjo do trabalho” (MESQUITA, 2012, p.10).

Quando o indivíduo gosta do que faz, ele se dedica mais e procura se atualizar sempre. Para Oliveira, Silva e Araújo (2014), ao terem paixão pelo seu trabalho, as empreendedoras contribuem para o desenvolvimento do seu negócio. Para a maioria das mães pesquisadas, os principais desafios enfrentados ao querer empreender e inovar na propriedade é a falta de conhecimento técnico e, em conciliar a vida pessoal com a profissional, causando atritos em seus múltiplos papéis de mãe, esposa, donas de casa e empreendedoras. Porém, outras mães se sentem seguras e realizadas, conciliando suas atividades pessoais com os cuidados com a família e com os serviços realizados nas propriedades. Também mencionam que sua família (marido, filhas e outros familiares que moram na propriedade) as apoiam em suas escolhas para seu crescimento profissional. O empreendedorismo é um termo que implica uma forma de ser, mudar uma situação atual, com um olhar diferente, uma concepção de mundo, uma forma de se relacionar, com todas as suas características pessoais, a atividade empreendedora faz com que trabalho e prazer andem juntos (DOLABELA, 2008).

As agroindústrias familiares permitem a permanência dos agricultores e de suas famílias no meio rural, assim como o envolvimento de todos os membros da unidade familiar nos processos produtivos, sob a forma de cadeias curtas, transformando a matéria prima produzida na propriedade, comercializando no próprio município, movimentando a economia local (BALESTRIN; DEGGERONE, 2018). As agroindústrias familiares aparecem em 4 das 15 propriedades rurais pesquisadas, e vimos o interesse de 5 mães começarem um novo empreendimento nas propriedades.

A inovação social é um processo essencial para a evolução da sociedade, buscando alternativas sustentáveis para um bem-estar coletivo. Analisando diferentes contextos, observa-se que a inovação social pode ser contributiva no empoderamento de comunidades e territórios, desenvolvimento socioeconômico, resolução de problemas sociais e ambientais, bem como transformando realidades locais (MOULAERT; MEHMOOD, 2020; BATAGLIN; KRUGLIANSKAS, 2022; AGOSTINI; BITENCOURT; VIEIRA, 2019).

Por outro lado, surpreendentemente, quando perguntado às jovens sobre as agroindústrias, nenhuma delas pretende ficar na propriedade e trabalhar apenas com atividades não agrícolas (agroindústria). Isso caracteriza que o trabalho das agroindústrias ainda não seja considerado uma atividade que possa garantir a sucessão de trabalho das mães para as filhas, e que propicie a permanência delas no campo. Percebe-se que uma das possibilidades é o trabalho de campo ser visto pelas famílias, principalmente pelas filhas, como um trabalho que demanda mão de obra e grande penosidade para as mulheres.

Corroborar-se com Breitenbach e Corazza (2017) quando menciona ser preocupante o contexto que envolve a migração dos jovens do campo para a cidade, principalmente das moças. Sobre os desafios encontrados pelas filhas ao querer inovar e empreender na propriedade, as filhas responderam que têm o incentivo e apoio dos pais, mas na prática, elas não se sentem motivadas para isso. Talvez porque a maioria delas não desenvolve nenhuma atividade individual na propriedade para gerar renda, tendo que pedir dinheiro cada vez que precisam, e os pais decidem e concedem o dinheiro a seu critério.

Percebe-se também que não existe algo de mais expressivo que atraia a permanência das jovens no campo, e o relacionamento social entre as participantes. E em relação à inserção em entidades e associações, as filhas têm pouca participação, como relataram na pesquisa. Talvez esses sejam alguns dos motivos que levam as jovens produtoras rurais buscarem sua independência financeira na cidade, e tem se apresentado como verdadeiros dilemas entre as famílias das jovens pesquisadas. Segundo Furlani e Bomfim (2010), a cidade oferece diversidade que muitas vezes o campo não possui, como universidades e outras formas de trabalho que não sejam atividades estritamente do âmbito rural, ou seja, opções em trabalhar e estudar.

Por outro lado, quando perguntado às filhas se são incentivadas a permanecerem no campo, a maioria diz que sim, pois é junto a suas mães, que elas aprendem desde cedo sobre a vida no campo, e os desafios que enfrentarão, se assumirem as propriedades herdadas pelos pais. A partir dessas percepções relatadas, fica claro o protagonismo das mulheres na agricultura familiar. Nesse sentido, é necessário o empoderamento dessas mulheres-mães, valorizando e reconhecendo a importância do trabalho da mulher no meio rural como uma forma de garantir o desenvolvimento da agricultura familiar (SILVA; MENDES, 2015).

O empoderamento feminino é um processo longo e não acontece da noite para o dia. Nesse sentido percebemos que essas mulheres vêm avançando em ações e resultados, para quebrar com os paradigmas pessoais, criados pela questão de gênero, onde a mulher deve ficar em casa cuidando dos filhos. Para que isso ocorra, há a necessidade de um conjunto de mudanças sociais e políticas que visem transformar as relações de gênero.

Propõe-se, assim, um framework teórico na Figura 1 com base nos achados dessa pesquisa, tanto da parte teórica quanto empírica. A sucessão familiar no meio rural ainda possui

um ambiente dominado pelos homens, nos quais aspectos de gênero são influenciadores para que as filhas mulheres não permaneçam no campo, ou mesmo que permaneçam, não exerçam papéis de liderança. Pelo olhar da inovação social e do empreendedorismo feminino observam-se cinco elementos centrais: aspectos pessoais; financeiros; educacionais; familiares; e, de políticas públicas. Assim, três lentes teóricas foram analisadas: inovação social, empreendedorismo feminino e sucessão familiar.

Figura 1 - Framework teórico: a sucessão familiar rural pelo olhar da inovação social e do empreendedorismo feminino



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa (2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, com base nos dados apresentados percebe-se que as jovens mulheres têm, diferentemente de suas mães, maior reconhecimento do seu papel social, cultural e econômico. Elas assumem novos espaços no mercado de trabalho e têm a liberdade de escolher suas profissões.

O que se pode perceber também, é que junto de suas mães, essas meninas aprendem desde cedo sobre a vida no campo, e os desafios que enfrentarão, assumindo as propriedades herdadas pelos pais. Ainda, desenvolvem novas habilidades e competências, agregam novos conhecimentos e saberes. Aprendem também a ser empreendedoras e protagonistas de suas próprias histórias. Estão redefinindo suas vidas, com novas buscas por conhecimento e reconhecimento, criando uma nova geração para a vida no campo.

Para promover a igualdade de gênero, deverá se reconhecer e favorecer o protagonismo das mulheres na produção, gestão, comercialização e acesso às políticas públicas, estimulando e apoiando a geração de renda das mulheres, valorizando conhecimentos existentes, reconhecendo-as como participantes ativas da economia, garantindo direitos, oportunidades e participação nas decisões da propriedade.

Considerando as relevantes respostas abordadas pelas mulheres e suas filhas que participaram desta pesquisa, percebe-se que ainda há um campo muito vasto a ser estudado, quando se fala em "empreendedorismo e sucessão familiar feminina no meio rural". Há muito por fazer e faz-se necessário a inserção das mulheres e suas filhas, na gestão, na sucessão da propriedade rural e na sociedade em geral a que pertencem. Isso deixa claro a importância de

se valorizar o empoderamento feminino e a inovação social nas propriedades rurais, estimulando assim o desenvolvimento e o bem-estar das famílias rurais.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, M. R., BITENCOURT, C. C., & VIEIRA, L. M. Social innovation in Mexican coffee production: filling 'institutional voids.' **International Review of Applied Economics**, 00(00), 1–19., 2019.
- AGOSTINI, M. R.; MARQUES, L. V.; BOSSLE, M. B. Social innovation as a process to overcome institutional voids: a multidimensional overview. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 6, p. 72–101, 2016.
- ANJOS, F. S. dos & CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da dessacralização. **Ensaio FEE**. 26, n. 1: 661-694, 2005.
- APPOLINÁRIO, F. ATLAS, (ED.) **Dicionário de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
- ARAÚJO, R. O. A.; CÂNDIDO, G. A. Tecnologia social e inovação social: interação indutora do desenvolvimento sustentável nos territórios rurais. **Revista Espacios**. v. 36, n. 13, p. 1, 2015. Disponível em : <https://www.revistaespacios.com/a15v36n13/15361301.html>. Acesso em 28 nov. de 2020.
- BALESTRIN, A. L.; DEGGERONE, Z. A. Produção, modernização e (re)localização alimentar na agricultura familiar do município de Getúlio Vargas (RS). In: DAMBRÓS, G. et al. **Questões Agrárias em Foco II**. Ituiutaba: Barlavento, 2018. p. 96-118.
- BATAGLIN, J. C.; KRUGLIANSKAS, I. **Social Innovation: Field Analysis and Gaps for Future Research**. Sustainability, v. 14, n. 3, p. 1153, 2022.
- BNDES. Banco nacional do desenvolvimento. **Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 09 nov. 2020.
- BRASIL. LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. **Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629compilado.htm. Acesso em: 09 nov de 2020.
- BREITENBACH, R. Sucessão familiar: desafio para a gestão rural. Coluna Desafios da Gestão Rural. **Destaque Rural**, 2018. Disponível em: <https://destaquerrural.com.br/noticias/ver/3290/Sucess%C3%A3o-familiar%3A-desafio-para-a-gest%C3%A3o-rural>. Acesso em: 09 nov. 2020.
- BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil. **Revista Latinoamericana De Ciencias Sociales, Niñez Y Juventud** , 17(2), 1-34, 2019. <https://doi.org/10.11600/1692715x.17212>
- BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Perspectivas de permanência no campo: estudos dos jovens rurais do Alto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil. **Revista Espacios**. v. 38, n. 29, p. 9, 2017.
- BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Ser o no sucesor? A qué aspira la juventud rural de Rio Grande do Sul. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, ISSN-e 1692-715X, Vol. 19, Nº. 3 (septiembre - diciembre), 2021. <https://doi.org/10.11600/rlnsj.19.3.4093>
- BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: Carneiro, Maria José, e Elisa Guaraná de Castro, org. **Juventude Rural em Perspectiva**, 35-52. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.
- CASTRO, A. M. G. de, LIMA, S. M. V., SARMENTO, E. P. de M. & VIEIRA, L. F. **Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.

- CAVICCHIOLI, D., BERTONI, D. & PRETOLANI, R. Farm succession at a crossroads: The interaction among farm characteristics, labour market conditions, and gender and birth order effects. **Journal of Rural Studies**. 61: 73-83, 2018. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2018.06.002>
- CHANANA-NAG, N., AGGARWAL, PK. Mulher na agricultura e riscos climáticos: pontos críticos para o desenvolvimento. **Climatic Change** 158, 13–27, 2020. doi: <https://doi.org/10.1007/s10584-018-2233-z>
- D'AGOSTINI, M; FREITAS, G; AGOSTINI, Mulheres quilombolas e a participação em projetos de inovações sociais. In: **Entre estudos e causas: os quilombos e suas dinâmicas de inovação social e resistencia**. Deviant, 2020.
- DANDOLINI, A. O. V. **Empreendedorismo feminino, gênero e liberdade: histórias de mulheres empreendedoras na cidade de Foz do Iguaçu/PR**, 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras), Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu 2018. [Orientador: Prof. Dr. Fábio Lopes Alves]. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3711>. Acesso em 02 dez. 2020.
- DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
- EISENHARDT, K. M. Building Theories from Case Study Research. **The Academy of Management Review**, 14(4), 532–550, 1989.
- EMATER/RS-ASCAR. **Relatório estudo da situação 2019**. Disponível em: https://intranet.emater.tche.br/intranet/sistemas/sisplan_web/relatorio/filtro_rel_estudo_situacao_po.php. Acesso em: 10 nov de 2020.
- EMATER/RS-ASCAR. **Sisplan - sistema de registro de planejamento, relatório de famílias integrantes**. Disponível em: https://intranet.emater.tche.br/intranet/sistemas/sisplan_web/relatorio/filtro_rel_estudo_situacao_po.php. Acesso em: 10 nov de 2020.
- EMATER/RS-ASCAR. **Sisplan - sistema de registro de planejamento, relatório de atividades no município**. Disponível em: https://sistemas.emater.tche.br/intranet/sistemas/sisplan_web/estatisticas/estatistica.php. Acesso em 03 maio. 2021
- FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/legislacoes/institucional-leis/item/3345-lei-n-11947-de-16-de-junho-de-2009>. Acesso em: 03 abr. 2021.
- FURLANI, D.D.; Bomfim, Z.A.C. Juventude e Afetividade: Tecendo projetos de vida pela construção dos mapas afetivos. **Psicologia & Sociedade**, 22(1), 50-59, 2010.
- GALINDO, E. Olhares sobre as juventudes do campo. In: Montechiare, R.; Medina, G. (org.). **Juventude e Educação: Identidades e Direitos**, São Paulo: FLACSO, p. 83-90, 2019.
- GAZOLLA, Márcio; RUFINO DE AQUINO, Joacir. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a divulgação dos sites e plataformas de veiculação em tempos de Covid-19. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 2, 2021.
- GEM. Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo do Rio Grande do Sul**. 2018 \ Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco, et al - Curitiba: IBQP, 2019. 170 p.: il. Disponível em: https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/08/GEM-RS-2018_compressed.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 10 nov. 2020.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/getulio-vargas/pesquisa/24/75511>. Acesso em: 02 abril. 2021.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/modulo-fiscal>. Acesso em: 02 abril. 2021

KESSLER, G. La investigación social sobre juventud rural en América Latina. Estado de la cuestión de un campo en conformación. **Revista Colombiana de Educación**. 51: 16-39, 2006.

KRISTJANSON, P; BRYAN, E; BERNIER, Q et al. Addressing gender in agricultural research for development in the face of a changing climate: where are we and where should we be going?. **Int J Agric Sustain**, 119, 2017. doi: <https://doi.org/10.1080/14735903.2017.1336411>

LAWSON, L.; LAHIRI-DUTT, K. Women sapphire traders in Madagascar: Challenges and opportunities for empowerment. **The Extractive Industries and Society**, 2019. doi:10.1016/j.exis.2019.07.009

LOBLEY, M., BAKER, J. & WHITEHEAD, I. Farm succession and retirement, some international comparisons. *Journal of Agriculture, Food Systems and Community Development*, Vol. 1, No. 1, pp.49-64, 2010. <https://doi.org/10.5304/jafscd.2010.011.009>

MAGUIRRE. M. V.; RUELA C. G. TORRE, 2016. Women empowerment through social innovation in indigenous social enterprises. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v.17, n.6, Nov./Dec.S, G.C.. Disponível em: <https://www.atlantis-press.com/proceedings/icsbal-19/125920995>. Acesso em 03 dez. 2020.

MAPA - **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em 03 abr. 2022.

MATTE, A.; SPANEVELLO, R. M.; LAGO, A. & ANDREATTA, T. Agricultura e pecuária familiar: (des)continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. **G&DR**. v. 15, n. 1, p. 19-33, Taubaté, SP, Brasil. Jan/abr, 2019. <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v15i1.4317>

MESQUITA, G. R. I. **Particularidades do trabalho agrícola da mulher**: revisão da literatura. 2012. Disponível em: <http://ppgca.vet.ufg.br/uploads/67/original_PARTICULARIDADES_DO_TRABALHO_AGRICOLA_DA_MULHER.pdf?1353349531> Acesso em: 04 jun de 2021.

MOLETTA, J. **Relação entre empreendedorismo feminino e qualidade de vida**: análise em uma rede de mulheres empreendedoras no interior do Paraná. 2020. 184 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2020. [Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Pilatti]. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UTFPR-12_6baa0561b8c28db64de0b58eb066e79d. Acesso em 24 nov. 2020.

MOULAERT, F.; MEHMOOD, A. Towards a social innovation (SI) based epistemology in local development analysis: lessons from twenty years of EU research. **European Planning Studies**, v. 28, n. 3, p. 434-453, 2020.

NAZZARI, R. K.; BERTOLINI, G. F.; BRANDALISE, L. T. Gestão das unidades artesanais como estratégia para emancipação da agricultura familiar. In: SCHMIDT, A.O. et al. **Gestão das unidades artesanais na Agricultura Familiar**: Uma experiência no Oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2007. p. 35-54.

OLIVEIRA, J. R. C. de; SILVA, W. A. C.; ARAÚJO, E. A. T. Características comportamentais empreendedoras em proprietários de MPES longevas do Vale do Mucuri e Jequitinhonha/MG. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v.15, n. 5, p.102-139, set./out. 2014.

PARASURAMAN, S.; GREENHAUS, J.H. **Integrating Work and Family**: Challenges and Choices for a Changing World. Westport, CT: Praeger Publishers, 1997.

PARIZOTTO, Jaiane; BREITENBACH, Raquel. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e os hábitos alimentares: o que revela a produção científica da última década?. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 15, n. 1, p. 35-56, 2021.

PINI, Barbara. The third sex: Women leaders in Australian agriculture. **Gender, Work & Organization**, v. 12, n. 1, p. 73-88, 2005. doi:10.1111/j.1468-0432.2005.00263.x

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Síntese Relatório do Desenvolvimento Humano 2019**. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_overview_-_pt.pdf. Acesso em 04 dez. 2020.

PNUMA. Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente. **Sustainable consumption and production indicators for the future SDGS**. UNEP Discussion Paper. 2015. Disponível em: https://www.iisd.org/sites/default/files/publications/sustainable-consumption-production-indicators-future-sdgs_0.pdf. Acesso em: 09 fev. 2021.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.

SCHUMPETER, Joseph A. The creative response in economic history. **Journal of Economic History**, Nov. 1947. p. 149-159).

SCHWENGBER, M. S. V.; PINHEIRO, N. L. G. M. A tríade de lazer de mulheres camponesas do meio rural de Jóia (RS): atividades religiosas, rede de vizinhança e festas comunitárias. **Gênero**, Niterói, RJ, v. 15, n. 1, p. 69-80, 2014.

SILVA, G. B.; MENDES, P. P.E. As relações de gênero na agricultura familiar: a comunidade Ribeirão no município de Catalão (GO). In: NEVES, Adriana Freitas; FERREIRA, Idelvone Mendes; PAULA, Maria Helena de; ANJOS, Petrus Henrique Ribeiro dos (Org.). *Coletânea interdisciplinar em pesquisa, pós-graduação e inovação* 1. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2015. v. 1, p. 229-40.

SILVA, M. R. da. Gênero, desigualdades e agricultura: a mulher na atividade agrícola familiar. **Braz. J. of Develop.**, v. 5, n. 3, p. 2095-2105, 2019. <https://doi.org/10.34117/bjdv5n3-1227>

SORJ, Bila. O trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. In: SILVEIRA, Maria Lucia da; TITO, Neuza. **Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana** (Org.). São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2008. p. 77-89.

SPANVELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **POLIS, Revista Latino-americana**, Santiago, v. 15, n. 44, p. 393-414, 2016.

STROBINO, M. R. de C.; TEIXEIRA, R. M. Empreendedorismo feminino e o conflito trabalho-família: estudo de multicase no setor de comércio de material de construção da cidade de Curitiba. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 49, n.1, p.59-76, jan./fev./mar. 2014.

SUESS-REYES, J. & FUETSCH, E. The future of family farming: a literature review on innovative, sustainable and succession-oriented strategies. **Journal of Rural Studies**, Vol. 47, pp.117-140, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2016.07.008>

TANURE, P. T. **Empreendedorismo e família**: quando flexibilizar horários se torna uma sobrecarga para as mulheres. 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Escola de Administração de Empresas Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014. [Orientadora: Profa. Dra. Maria José Tonelli]. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/FGV_70f5a2553b512ed3f8e0b408363fb7d1. Acesso em 24 nov. 2020.

TORRES, A. N. **Female leadership in rural areas**: a social innovation review. 4th International Conference on Social, Business, and Academic Leadership (ICSBAL 2019). Advances in Social Science, Education and Humanities Research. University Corporation Minuto de Dios Cra. 36 # 5A-21 Sul, Villavicencio, Meta, Colômbia, volume 359. Disponível em: <https://www.atlantispress.com/proceedings/icsbal-19/125920995>. Acesso em 03 dez. 2020

TROIAN, A. & BREITENBACH, R. Jovens e Juventudes em Estudos Rurais do Brasil. **Interações (Campo Grande)**, vol. 19, n. 4, p. 789-802, 2018. <https://doi.org/10.20435/inter.v19i4.1768>

VILLWOCK, A. P. S., GERMANI, A. R. M., RONCATO, P. E. dos S. Questões de gênero no mundo rural e na extensão rural brasileira. **Revista alamedas**. v. 4, n. 1. 2016. <https://doi.org/10.48075/ra.v4i1.13526>